

ESTRATÉGIA TERRITORIAL & POR Lisboa 2020

**Que Financiamento? Que participação nas decisões?
Que participação na gestão?
Hipóteses de Evolução**



Assembleia Municipal de Lisboa, 3 de março de 2015

AML – ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

O QUE É?

ÁREA METROPOLITANA
DE LISBOA



Novos órgãos por publicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- **Conselho Metropolitano** – órgão deliberativo, constituído pelos presidentes das câmaras municipais dos 18 municípios que integram a AML.
- **Comissão Executiva Metropolitana** - órgão executivo, constituído por um primeiro-secretário e por quatro secretários metropolitanos, eleitos pelo universo das assembleias municipais da AML.
- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano** - órgão consultivo de apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da AML.

Principais atribuições:

- Participar na elaboração dos planos e programas de investimentos públicos;
- Promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental;
- Articular os investimentos municipais de carácter metropolitano;
- Participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;
- Participar na definição de redes de serviços e equipamentos;
- Participar em entidades públicas de âmbito metropolitano no domínio dos transportes, águas, energia e tratamento de resíduos sólidos;
- Planear a atuação de entidades públicas de carácter metropolitano;
- Assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas:
 - água e resíduos; saúde; educação e formação profissional; ordenamento do território; segurança e proteção civil;
 - mobilidade e transportes; desenvolvimento económico e social; e cultura, desporto e lazer;
- Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer;
- Exercer as atribuições transferidas pela administração central e as competências delegadas pelos municípios.

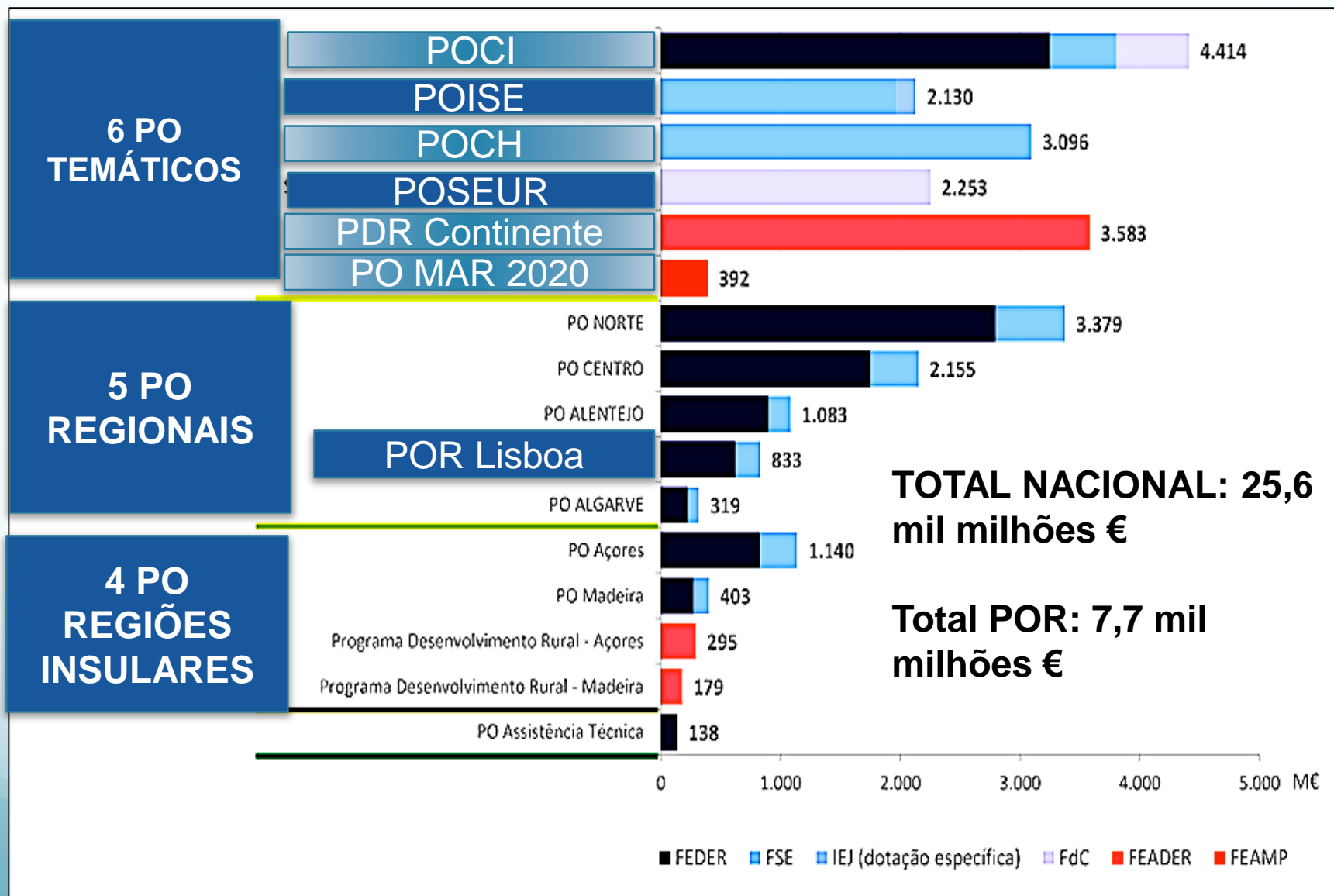
Rua Carlos Mayer, 2 - R/C 1700-102 Lisboa
Telef: 218 428 570 Fax: 218 428 577
www.aml.pt email: amlgeral@aml.pt

Alcochete · Almada · Amadora · Barreiro · Cascais · Lisboa · Loures · Mafra · Moita · Montijo
Odivelas · Oeiras · Palmela · Seixal · Sesimbra · Setúbal · Sintra · Vila Franca de Xira

POR 2020 no contexto do Portugal 2020

PORTUGAL 2020

PROGRAMAS E FINANCIAMENTO



OBJETIVOS TEMÁTICOS PORTUGAL 2020 (Região Lisboa)

- ◆ Objetivo Temático 1 - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação
- ◆ **Objetivo Temático 2 - Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade**
- ◆ Objetivo Temático 3 - Reforço da competitividade das PME
- ◆ Objetivo Temático 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores
- ◆ **Objetivo Temático 5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos**
- ◆ Objetivo Temático 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ◆ **Objetivo Temático 7 - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes**
- ◆ Objetivo Temático 8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
- ◆ Objetivo Temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza
- ◆ Objetivo Temático 10 – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ◆ **Objetivo Temático 11 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública**
- ◆ Contributo específico do FEADER
- ◆ Contributo específico do FEAMP

**A VERMELHO: OT NÃO DISPONÍVEIS
PARA A REGIÃO LISBOA**

POR LISBOA 2020 (Final) – EIXOS, OT, FEEI

UNIDADE : Milhões de Euros

EIXOS/OT	Designação/Conteúdo	FEDER	FSE	Total	Fundos Reembolsáveis; instrumentos financeiros (1)
Eixo 1/OT 1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	172	0	172	17
Eixo 2/OT 3	Reforçar a competitividade das PME	203,2	0	203,2	123
Eixo 3/OT 4	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	55	0	55	24
Eixo 4/OT 6	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	15	0	15	0
Eixo 5/OT 8	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	0	74	74	5
Eixo 6/OT 9	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	47	72	119	4
Eixo 7/OT 10	Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida	33	65	98	0
Eixo 8; OT 4,6 e 9	Desenvolvimento urbano sustentável	74	0	74	30
Eixo 9	Assistência técnica	24,3	0	24,3	0
Totais		623,5	211	833,4	203

(1)- Subvenção reembolsável; Apoio através de instrumentos financeiros: capital de risco e fundos próprios ou equivalente; garantia ou equivalente; bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AÇÕES MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS

Unidade monetária: milhões de euros

EIXOS/OT	Designação/Conteúdo	FEDER	FSE	Total	Admissibilidade Municípios/AML	AIDUS/ITI e AIDUS/Eixo 8	Fundos não Reembolsáveis (1)
Eixo 1/OT 1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	172	0	172	Não	Não	155,5
Eixo 2/OT 3	Reforçar a competitividade das PME	203,2	0	203,2	Não (Talvez Incubadoras?)	Não	80,4
Eixo 3/OT 4	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	55	0	55	Sim	(AIDUS/ITI) 12 M euros	31
Eixo 4/OT 6	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	15	0	15	Sim	(AIDUS/ITI) 15 M euros	15
Eixo 5/OT 8	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	0	74	74	Sim	(AIDUS/ITI) 6 M euros	68,5
Eixo 6/OT 9	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	47	72	119	Sim	Feder - 3; FSE - 21 (AIDUS/ITI) ; DLBC (11 FEDER e 13 FSE)	115
Eixo 7/OT 10	Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida	33	65	98	Sim	(AIDUS/ITI) Feder - 21 e FSE 10	98
Eixo 8; OT 4,6 e 9	Desenvolvimento urbano sustentável	74	0	74	Sim	Eixo 8: 74	44
Eixo 9	Assistência técnica	24,3	0	24,3	Sim (AML)	n/d	0
Totais		623,5	211	833,4		AIDUS/ITI: 88; AIDUS/Eixo 8, autónomo: 74; DLBC: 24	607,4

CONTRATUALIZAÇÃO/PACTO com AML proposta pelo pela Administração Central no POR LISBOA 2020

EP 3 : **12 milhões** em 55 (22%) – Edifícios, eficiência energética, etc.,

EP 4 : **12** em 15 milhões (80%) – Património Natural, etc.,

19% do total

EP 5 : **6** em 74 milhões (8%)

EP 6 : **3** e 47 milhões FEDER (6%) e **24** em 72 milhões (33%)

EP 7 : **21** em 33 milhões FEDER 64% e **10** em 65 milhões (15%) – Educação, Social, Formação, etc.,

EIXO AUTÓNOMO (Está já definido que não entra na contratualização; Municípios candidatam-se com PEDU)

EP 8 : **74 milhões** de FEDER dos quais só 44 milhões são a fundo perdido (30% vão para um Fundo de Fundos para alimentar o financiamento à reabilitação de edifícios de habitação, serviços, comércio, tec.,)

QUE CONTRIBUTO do POSEUR e do POISE? Questão de Vital importância

As PI 5.1 e PI 5.2 estarão garantidas na contratualização; Tudo o resto desconhece-se

No âmbito do Eixo autónomo; PEDU
(cada município atuará individualmente)

4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de ...etc., (Que financiamento com fundos não reembolsáveis?)

PI 6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades...(17 milhões de euros)

PI 9.8 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social...(27 milhões de euros)

PI 4.5 – Promover a Mobilidade Ecológica

- **Investimentos nos modos suaves (bicicleta e pedonal):** Ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal);
- **Melhoria da rede de interfaces com a rede de transportes públicos coletivos** (incluindo intervenções em estacionamento quando associado às estações ferroviárias ou interfaces de transportes públicos como terminais...etc.,
- **Reforço da integração multimodal para os transportes públicos** através de soluções de bilhética integrada;
- **Planos de mobilidade urbana sustentável, municipais ou intermunicipais,**
- **Estruturação de corredores urbanos de procura elevada**
- **Apoio na adoção de sistemas de informação aos utilizadores** de transportes públicos coletivos de passageiros em tempo real;
- **Investimentos em equipamento de sistemas inteligentes de controlo de tráfego rodoviário**
- **Ações que reduzam as emissões de gases de efeitos de estufa em zonas de elevadas concentrações** (e.g., criação de áreas para a circulação seletiva de veículos, criação de “Zonas 30”, criação de Zonas de Emissões Reduzidas).

Tipologia de Beneficiário: **Serviços da Administração Regional e Local**, Empresas públicas, Operadores e concessionários de serviço de transporte público

Que Projetos e Ações Incluir no ITI/Pacto?

Objetivo	Território	Instrumentos		FEEI
Prevenção do Emprego (combate desemprego), Reforço da Coesão e Inclusão Social, Eficiência Energética, Combate ao abandono escolar, Valorização do Patrimônio Ambiental e Cultural, Prevenção de riscos & catástrofes, Combate às alterações Climáticas	AML (18 municípios)	AIDUS/ITI		FEDER & FSE
		EMPREGO & EMPREENDEDORISMO	EMPREENDEDORISMO (PI 8.3.1) INCLUSÃO & EMPREGO (PI 9.1.2)	
		COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	ABANDONO ESCOLAR (PI 10.1.1) EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS (PI 10.5.1)	
		RESPOSTAS SOCIAIS DE PROXIMIDADE	RESPOSTAS INOVADORAS DE PROXIMIDADE (PI 9.4.1) CUIDADOS CONTINUADOS E CRECHES (PI 9.7.1)	
		EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: SETOR PÚBLICO (PI 4.3.1)	
		PATRIMÔNIO NATURAL & CULTURAL	Patrimônio natural e cultural (6.3.1)	
		ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PREVENÇÃO RISCOS E CATÁSTROFES	ADAPTAÇÃO AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (PI 5.1) PREVENÇÃO RISCOS E CATÁSTROFES (PI 5.2) - Estudos, Planos, Monitorização,	

TERRITÓRIO POR Lisboa 2020 (833,3 M€)

Eixos 1 e 2
375 M€
Empresas, Investigação, etc.,
45 % do total

Restante: 458,3 M€

PI: 8.1; 8.4; 8.5; 9.3; 9.6 (DLBC); 9.10
(DLBC); 10.3; 10.4

Eixo 8
44 M€
8% do total
6.5; 9.8

PI: 4.3; 6.3; 8.3; 9.1
9.4; 9.7; 10.1; 10.5

ITI
88 M€, 10% do total

Municípios/AML poderão
candidatar-se aos FEEI
disponíveis no POR Lisboa
2020 através das PI incluídas
no ITI/Pacto +Fora em
concorrência

POSEUR - PI 5.1

(alterações climáticas; PI 5.2
(Gestão Riscos); etc., PI 4c;
PI 4 iii ??

POISE (Emprego
jovem Eixos 8 e
9) ??

Prioridades de Investimento a incluir no Pacto

Financiamento através do POR Lisboa, POSEUR e do POISE (contratualização)

- **PI 4.3.1 - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia, edifícios (não habitação)**
- PI 6.3.1 - Conservação, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural,

(Mon. Nacionais? Não)

- PI 8.3.1 - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
- PI 9.1.2 – Inclusão & Emprego
- PI 9.4.1 – Propostas Inovadoras de Proximidade, Idosos, suporte ao doente, etc.,
- **PI 9.7.1 - Acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade; Creches & Cuidados continuados**
- **PI 10.1.1 – Combate abandono escolar; ensino, na formação, na formação profissional,**
e nas competência; Informação, monitorização, sucesso educação adultos, etc.,
- **PI 10.5.1 – Equipamentos educativos (com Escolas Secundárias?! Não)**
- **PI 5.1 Adaptação Alt. Climáticas; 5.2 - PI Prevenção Riscos e Catástrofes;**

PI 6.1 (PO SEUR) e Outros (POISE?): PI 8.4 - Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios,;

PI 9.3- Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades...

O PEDU – Uma complicação?

MUNICÍPIOS CONSTITUEM "CENTROS URBANOS DE NÍVEL SUPERIOR"

(Definidos no PROT Regional podendo haver uma atualização/extensão feita pelo CONSELHO REGIONAL)

Serão as AUTORIDADES URBANAS

APROVAÇÃO: Autoridade de Gestão

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU)

INCLUI:

Plano de Mobilidade Sustentável

Plano de Ação de Regeneração Urbana

Plano de Ação Comunidades Desfavorecidas (inclui habitação social)

INCIDE EM:

Todo o município (plano extravasa o município, se for à escala NUTS III)

"Espaços inframunicipais" dentro de ARU (desde que cumpram a condição de serem: centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas de conversão de zonas industriais abandonadas)
Nota: pode ser a totalidade de uma ARU, desde que ela cumpra estes requisitos

Áreas carenciadas delimitadas pelo município em colaboração obrigatória com outras entidades (IHRU, ISS, etc.)

RESTANTES MUNICÍPIOS (na AML não é previsível)

Plano de Ação de Regeneração Urbana

"Espaços inframunicipais" dentro de ARU (desde que cumpram a condição de serem: centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas de conversão de zonas industriais abandonadas)
Nota: pode ser a totalidade de uma ARU, desde que ela cumpra estes requisitos

COMPETÊNCIAS

Seleção das Operações

Verificação de Conformidade com o PEDU

AUTORIDADES URBANAS

AUTORIDADE DE GESTÃO

Parecer de Conformidade

(no caso de operações financiadas por IF)

AUTORIDADES URBANAS

Verificação de elegibilidade das operações

Verificação de coerência com o Plano de Ação respetivo

AUTORIDADE DE GESTÃO

AUTORIDADE DE GESTÃO

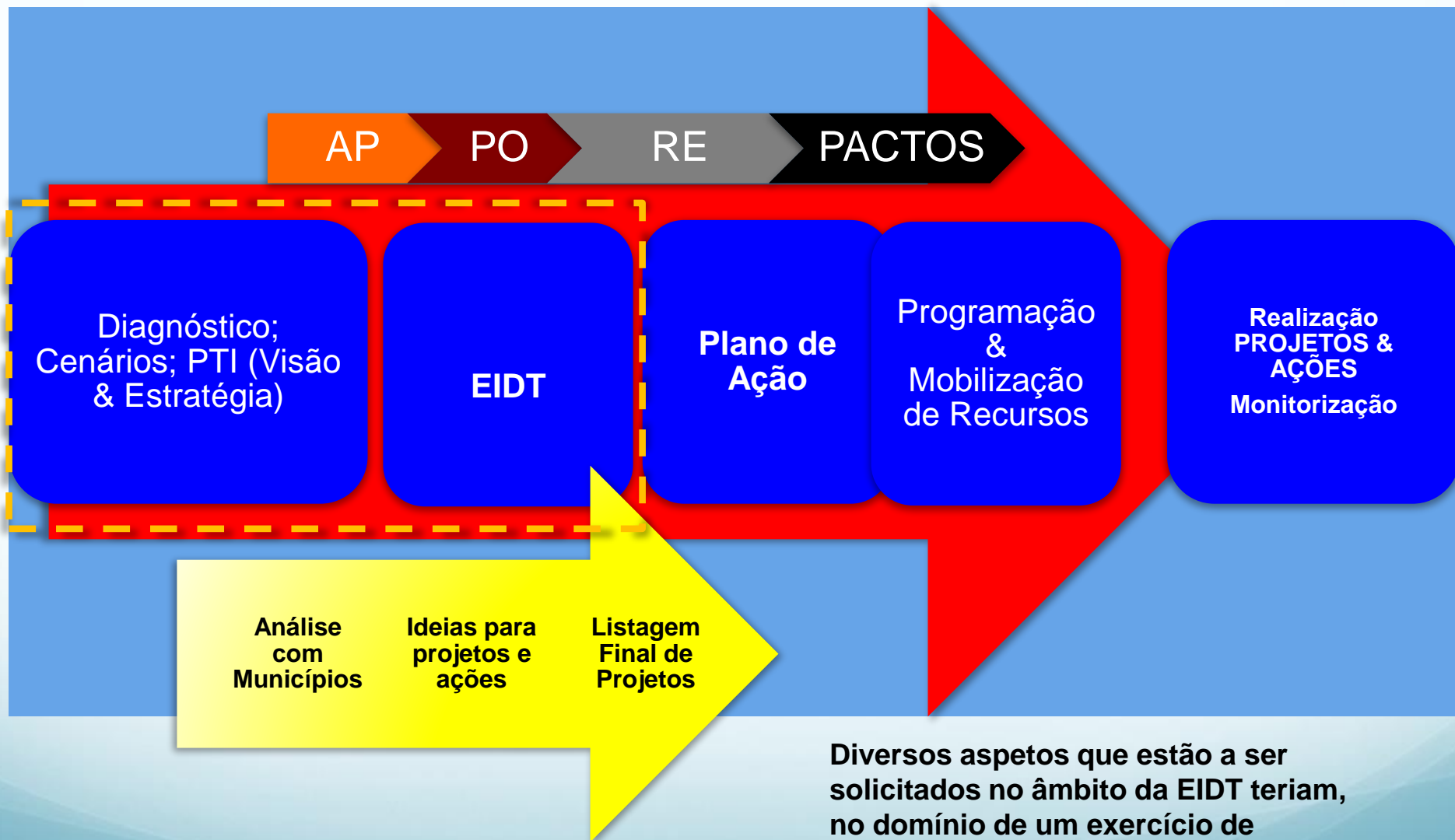
EIDT

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

Processo de elaboração da Estratégia AML 2020 (EIDT)

ANTECEDENTES

- ◆ O **PTI (Plano Territorial Integrado)** foi terminado em Abril/Maio de 2014;
- ◆ A CCDRLVT deu parecer sobre o PTI em abril de 2014, declarando que *“em linhas gerais, existe consonância entre as estratégias delineadas no PTI para a AML e no PARL [Plano de Ação Regional de Lisboa]”*
- ◆ Versão final do PTI foi distribuída em 4 de junho e analisada nos dias 19 de junho e no início de julho de 2014 no Conselho Metropolitano;
- ◆ Não houve aprovação formal pelo Conselho Metropolitano, mas ficou consensualizado;
- ◆ A Comissão Executiva Metropolitana (CEM) tomou posse a 17 de julho 2014; considerou o PTI como base de trabalho futuro;
- ◆ Em Agosto/Setembro 2014 iniciaram-se reuniões com o Consultor com vista à elaboração do Plano de Ação da AML 2020; contrato estabelecido em 31 de outubro
- ◆ Prevvia-se que iria ser necessário elaborar o Plano de Ação com vista ao Pacto até final de março de 2015
- ◆ Face à decisão da CIC do Portugal 2020, 11/11/2014 (**reconhecimento das EIDT**, houve que **reequacionar** todo o programa previsto, tendo que se **adaptar o PTI (em algumas partes, muito significativamente)** às exigências do Aviso Convite Nº 01/2014)
- ◆ A AML, através da CEM teve que desenvolver todo o trabalho num curto período e sem apoio externo



Diversos aspetos que estão a ser solicitados no âmbito da EIDT teriam, no domínio de um exercício de planeamento estratégico, mais cabimento aquando da realização do Plano de Ação)

Elaboração da proposta de EIDT

A partir do **PTI** (junho 2014), **PAR**, o **PROTAML**, Estratégia de Investigação e Inovação para Especialização Inteligente” (**RIS3**), e do **Acordo de Parceria**:

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1(OE 1) – Valorização da base ecológica da região como veículo de promoção da atratividade territorial dirigida à visitação, turismo e à promoção da qualidade de vida da região.

OE 2 - Fomento da capacidade de inovação e internacionalização (base empresarial da região):

2a) **Revitalização das instituições de ciência e tecnologia**; articulação em rede para intensificar inovação empresarial;

2b) Organizar e potenciar à **escala metropolitana**, uma rede regional de infraestruturas e serviços de internacionalização

OE 3 – Otimização do **sistema de transportes** e de **mobilidade**

OE 4 – **Melhoria da eficiência dos serviços de interesse geral**; novos paradigmas das redes inteligentes

OE 5 – Assumir a **coesão territorial** como procedimento implícito à estruturação das intervenções metropolitanas

OE 6 - Estruturação de uma **rede regional de resposta ágil e flexível para a inclusão ativa**, eficaz e perene

ESTRATÉGIA: é central a intervenção na regeneração/revitalização urbana (como?)

Identificação de territórios/populações problemáticas

- **Centros históricos e áreas centrais das cidades com perda de população, envelhecimento, desemprego, etc.,.** Exemplos: em Lisboa (S. Nicolau, Madalena, Sé, Santo Estêvão, Mouraria, etc.); em Setúbal (área urbana central/baixa, etc.); Barreiro (área antiga central, etc.); Loures (Moscardide, etc.)
- **AUGI por legalizar, AIRU e Urbanizações Inacabadas** (forte degradação infraestrutural e por regularizar)
- **Bairros de assentamento informal/ilegal** com problemas críticos sócio-urbanísticos que ainda subsistem para além do PER. Exemplos: Loures (Bairro da Torre, Talude Militar, etc.); Amadora (Cova da Moura, Santa Filomena, 6 de Maio, Estrela de África, etc.); Odivelas (Quinta dos Cucos, Vale do Forno);
- **Bairros de realojamento com características sociais específicas.** Exemplos: Loures (Quinta da Fonte, Quinta do Mocho; Barruncho; Quintinha etc.); Lisboa (Zona J Chelas, 2 de Maio, etc.); Amadora (Casal da Boba, Casal de Mira, Zambujal, etc.); Barreiro (Quinta dos Chicharos; Quinta da Princesa); Almada (Pica-Pau Amarelo, Bairro do Campo da Bola, etc.); Setúbal (Bela Vista, Bairro Azul, etc.); Seixal (Quinta da Princesa, Jamaica, etc.); Moita: (Vale da Amoreira)



**Em nome da CEM obrigado pela
atenção**

demetrio.alves@aml.pt